

Federação do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo de Santa
Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Junho de 2022

SUMÁRIO

RESUMO	1
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	2
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO	7
ANÁLISE NAS CIDADES	9
METODOLOGIA.....	12

RESUMO

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Estado de Santa Catarina (PEIC) apontou aceleração no ritmo de crescimento das famílias endividadadas do estado no fim do primeiro semestre de 2022, ao avançar 1,9 pontos percentuais (p.p.) na passagem do mês, após alta de 1,4 p.p no mês anterior. Além disso, a trajetória de alta alcança o sétimo mês consecutivo. Assim, 45,7% das famílias catarinenses estavam endividadadas em junho. Importante destacar que esse panorama é diferente do que ocorreu durante quase todo o período da pandemia (2020 e 2021), onde as famílias catarinenses reduziram o nível de endividamento a mínimas históricas.

A tendência de crescimento do endividamento no Estado pode estar relacionada à redução no poder de compra dos consumidores motivado pela inflação elevada, acelerada e espalhada por diversos produtos. Assim, as famílias podem recompor o orçamento familiar por meio do crédito extra, à exemplo do cartão de crédito ou do crédito pessoal e consignado. Ainda, com a estabilidade da pandemia, a redução das incertezas sobre o futuro e o mercado de trabalho aquecido, proporcionam maior confiança às famílias para realizarem compras a prazo, por esse motivo, nota-se também maior consumo, conforme aponta os dados divulgados pelo IBGE nas pesquisas mensais que apuram o resultado das vendas do comércio e volume das atividades de serviços do Estado, que acumulam alta no ano de 1,5% e 4,8%, respectivamente.

Já a inadimplência ficou estável no mês ao situar-se em 9,9%. Por outro lado, as famílias que não têm condições de pagar suas dívidas estão em movimento de queda pelo quinto mês consecutivo, ao atingirem 1,8%, o menor valor da série histórica. Ainda, o tempo médio de atraso no pagamento das dívidas renovou o menor patamar da série, ao situar-se em 41,2 dias de atraso.

Apesar do crescimento, a percepção de endividamento indica certo equilíbrio e controle do orçamento familiar, já que o grupo de famílias “muito endividadadas” reduziu e alcançou o menor valor da série na comparação com igual período dos anos anteriores, além disso, é o sexto menor nível da série. Na contramão, em média 35,5% da renda está comprometida com dívida, maior resultado do mês na comparação com os anos anteriores.

Do lado das modalidades de dívidas, o cartão de crédito continua sendo o principal agente do endividamento dos consumidores catarinenses e alcançou 90,7% dos endividadados. Já os financiamentos de carros e de casas fecharam em queda no primeiro semestre de 2022, ao caírem 2,8 p.p. e 1,6 p.p. Os juros elevados encarecem a compra desses bens duráveis que são de alto valor, por isso, as famílias tendem a reduzir essas compras.

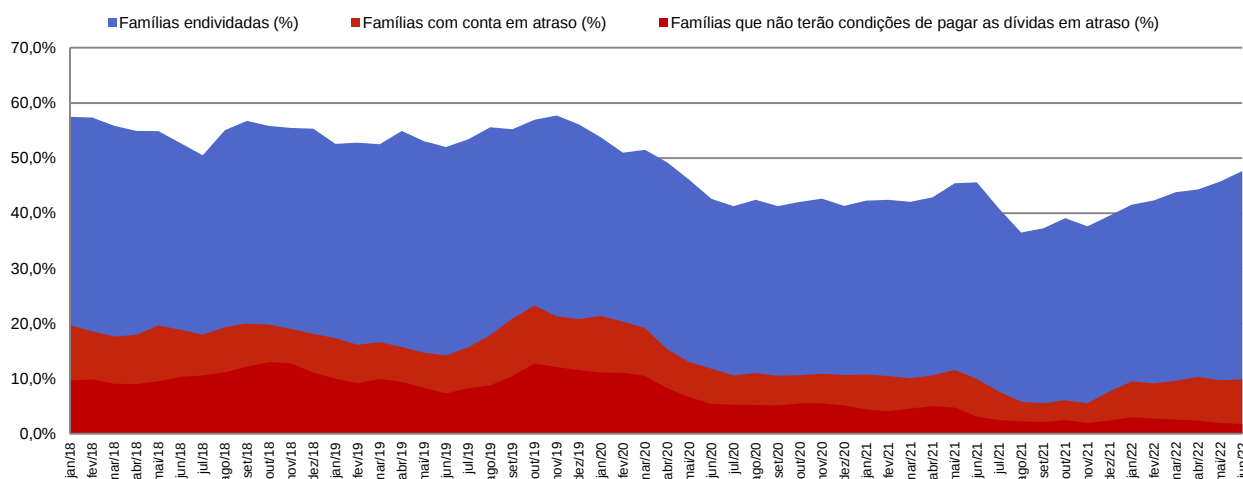
Primeiro semestre encerra com crescimento no endividamento das famílias catarinenses e estabilidade na inadimplência

Situação da família	Meses						
	jun/18	jun/19	fev/20	jun/21	jan/22	mai/22	jun/22
Total de endividadas	52,7%	52,0%	51,0%	45,6%	41,5%	45,7%	47,6%
Dívidas ou contas em atraso	18,9%	14,2%	20,3%	9,9%	9,5%	9,7%	9,9%
Não terão condições de pagar	10,3%	7,3%	11,1%	3,1%	3,0%	2,0%	1,8%

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

O primeiro semestre de 2022 encerra com aceleração no ritmo de crescimento das famílias endividadas em Santa Catarina, ao avançar 1,9 pontos percentuais (p.p.) na passagem do mês, após alta de 1,4 p.p no mês anterior. Ainda, nota-se manutenção do ciclo de elevação do endividamento das famílias, alcançando o sétimo meses seguidos de alta, cenário oposto ao do ano anterior, quando houve redução na taxa de endividamento. Em junho, 45,7% das famílias catarinenses estavam endividadas. Apesar do crescimento, o resultado segue inferior na comparação com igual mês de 2019 em 4,4 p.p., quando o índice foi de 52,0%.

Síntese dos resultados desde 2018



O panorama de redução do endividamento das famílias catarinenses ocorreu entre 2020 e 2021, devido à cautela e a insegurança em relação ao cenário futuro, as famílias catarinenses reduziram o nível de endividamento a mínimas históricas. Por isso, o efeito precaução adotado pelas famílias, que por consequência, diminui o consumo de bens e serviços, reduziu a taxa média de endividamento anual para 45,42% e 40,96%, respectivamente, valores nitidamente menores

que os períodos anteriores - 53,03% (2013); 55,23% (2014); 57,74 (2015); 58,37% (2016); 58,65% (2017); 55,17% (2018); 54,40% (2019).

Em relação às faixas de renda o comportamento é distinto quanto ao patamar, mas semelhante na trajetória de endividados. A taxa de endividamento para as famílias com até 10 salários mínimos (SM) cresceu pelo sétimo mês seguido, passando de 48,96% para 50,9% em junho, alta de 1,9 p.p. Já as famílias com renda acima de 10 SM, voltaram a apresentar crescimento na passagem do mês, ao crescer 1,4 p.p, saindo de 37,0% para 38,4%. Observa-se que as famílias com menor renda têm patamar de endividamento maior e movimento de elevação mais consistente que o grupo de maior renda.

A tendência de crescimento do endividamento no Estado pode estar relacionada à redução no poder de compra dos consumidores motivado pela inflação elevada, acelerada e espalhada por diversos produtos. Assim, as famílias podem recompor o orçamento familiar por meio do crédito extra, à exemplo do cartão de crédito ou do crédito pessoal e consignado. Ainda, com a estabilidade da pandemia, a redução das incertezas sobre o futuro e o mercado de trabalho aquecido, proporcionam maior confiança às famílias para realizarem compras a prazo, por esse motivo, nota-se também maior consumo, conforme aponta os dados divulgados pelo IBGE nas pesquisas mensais que apuram o resultado das vendas do comércio e volume das atividades de serviços do Estado, que acumulam alta no ano de 1,5% e 4,8%, respectivamente.

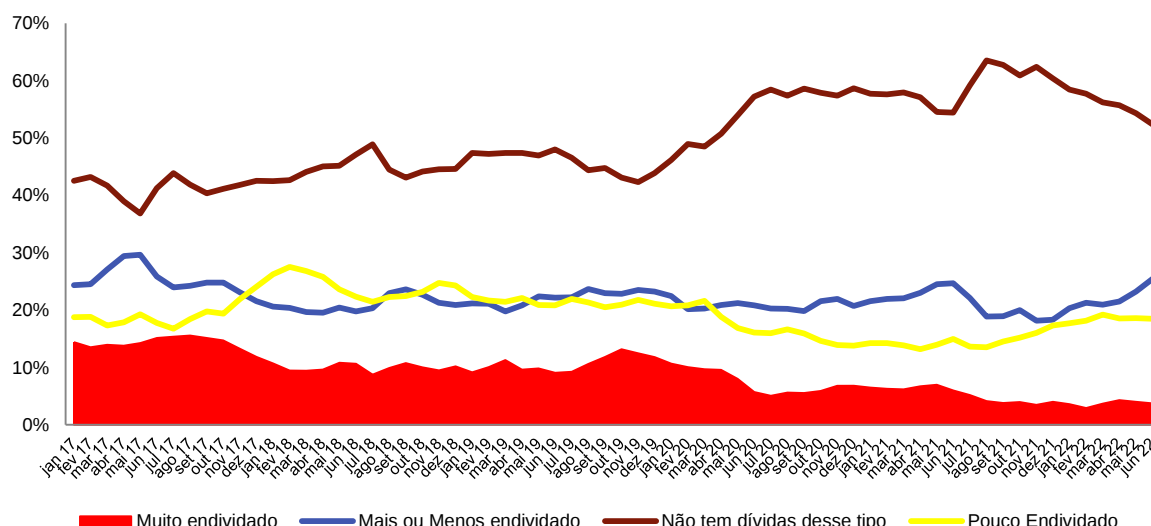
No âmbito da inadimplência, houve alta de 0,1 p.p. frente ao mês anterior, depois de reduzir 0,6 p.p no mês anterior, resultado considerado de estabilidade. Em junho, a taxa ficou em 9,9%, o menor nível da série histórica na comparação com igual período dos anos anteriores, se igualando ao mesmo valor de igual período do ano anterior. Para os grupos de renda, às famílias com renda maior terem menor índice apresentam índice menor (7,1%), enquanto que para a renda menor a taxa é de 10,4%.

A inadimplência não apresenta tendência de alta conforme apontado no endividamento, sendo que o desempenho de estabilidade é reforçado pela manutenção no movimento de queda das famílias que não terão condições de pagar as dívidas pelo quinto mês seguido, redução de 0,2p.p. na passagem do mês. Ainda, famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso atingiram o menor valor da série histórica em maior, ao situar-se em 1,8%.

A percepção do nível de endividamento é essencial na análise da pesquisa, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. O grupo de famílias que apontam estar “muito endividadas” manteve trajetória de queda pelo segundo mês consecutivo. No mês, o grupo de famílias “muito endividadas” foi de 3,7% dentre os endividados, queda de 0,3 p.p. na passagem do mês. Na comparação com igual período do ano anterior, houve redução de 2,2 p.p., mas a queda é mais expressiva ao analisar antes da pandemia, quando o índice estava em 10,6% em 2018 e 9,1% em 2019 para igual período. Apesar da elevação na

quantidade de famílias endividadas, o grau de endividamento não é elevado, assim, diminuindo o risco de inadimplência.

Percepção do nível de endividamento

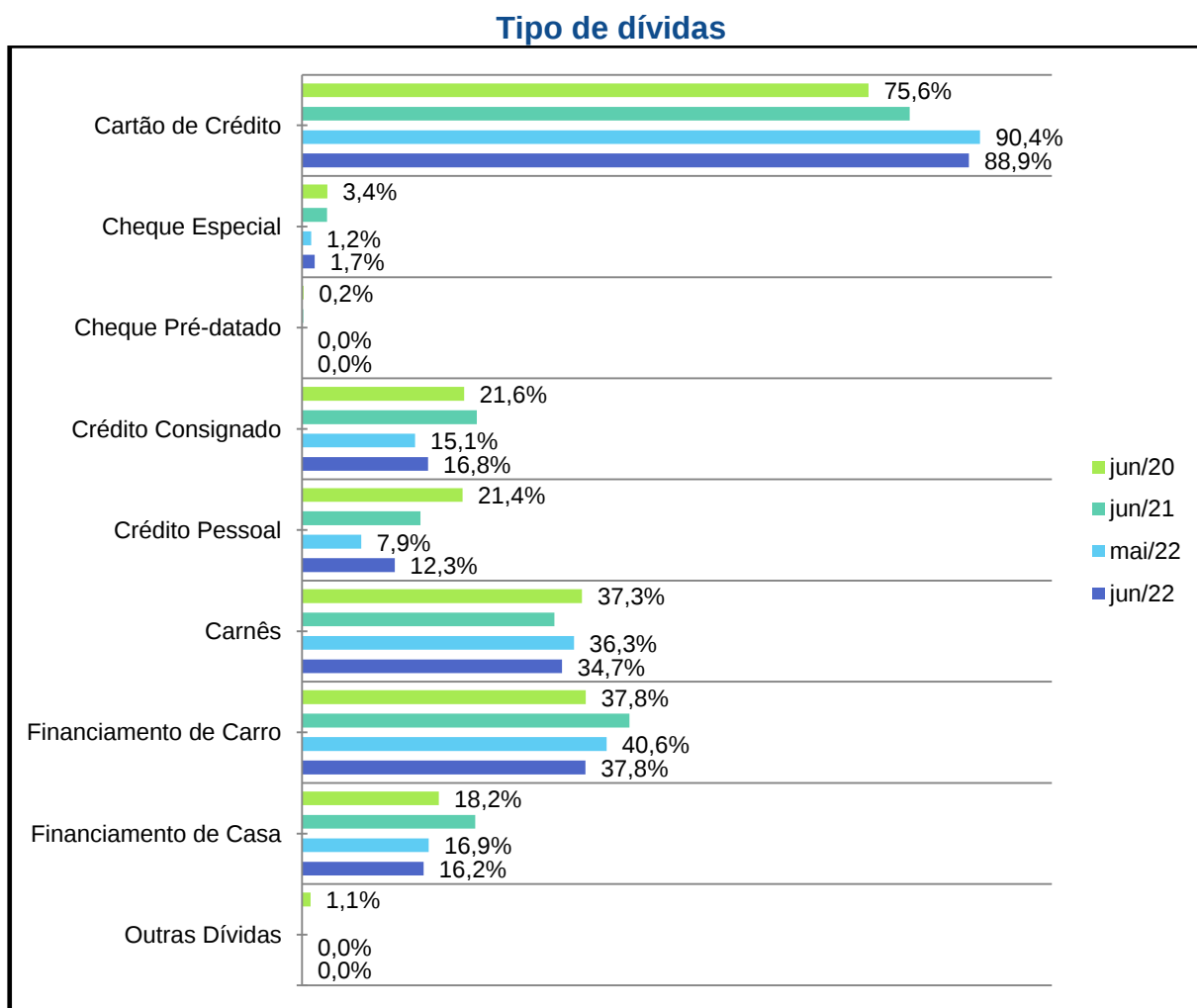


Ainda, o grupo de famílias “pouco endividada”, ficou estável frente ao mês anterior, ao atingir 18,5%, condição que ocorre durante o primeiro semestre de 2022, já que resultado também reflete a média desse período. Por outro lado, a quantidade de respostas para o grupo “mais ou menos endividadas”, acelerou a alta, ao crescer 2,3 p.p., saindo de 23,2% para 25,5%.

Percepção do nível de endividamento						
Categoria	jun/19	fev/20	jul/20	jun/21	mai/22	jun/22
Muito endividado	9,1%	10,0%	5,1%	6,0%	4,0%	3,7%
Mais ou menos endividado	22,1%	20,1%	20,3%	24,7%	23,2%	25,5%
Pouco endividado	20,8%	20,8%	16,0%	14,9%	18,6%	18,5%
Não tem dívidas desse tipo	48,0%	48,9%	58,4%	54,4%	54,3%	52,4%
Não sabe	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%

Ao analisar os tipos de dívidas dos catarinenses, observa-se comportamento distinto entre as categorias pesquisadas na variação mensal. Em junho, o cartão de crédito, após atingir o maior valor da série histórica no mês anterior, reduziu 1,5 p.p. diante do mês anterior. Apesar da queda, a modalidade continua sendo o principal agente do endividamento dos consumidores catarinenses ao alcançar 88,9% dos endividados. Na comparação com igual período do ano anterior, o crescimento é de 7,9 p.p, assim, a tendência do maior uso do cartão de crédito permanece em 2022. Nota-se que essa condição foi acelerada em 2020 e 2021, onde a média alcançou 71,8% e 77,18%, respectivamente, resultado que é superior aos períodos

anteriores - (48,8%-2013; 58,95%-2018; 66,9%-2019; 2020-71,8%%; 2021-77,18%). Ao comparar o grupo de renda, o cartão de crédito também é o principal tipo de dívida. As faixas de renda apresentam comportamentos semelhantes e também estão em níveis elevados na comparação com os demais períodos da série, ao alcançarem 87,1% para as famílias com renda até 10 salários mínimos e 92,8% para renda superior a 10 salários mínimos.



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

O crédito pessoal e o crédito consignado têm movimentos semelhantes, ao crescerem de 4,5 p.p e 1,7 p.p. na passagem do mês e atingem 12,3% e 16,8% das dívidas apontadas pelos entrevistados, respectivamente. A utilização dos carnês (34,7%), a terceira dívida mais citada pelos entrevistados no mês, caiu pelo segundo mês seguido, ao passar de 36,3% para 34,7% em junho.

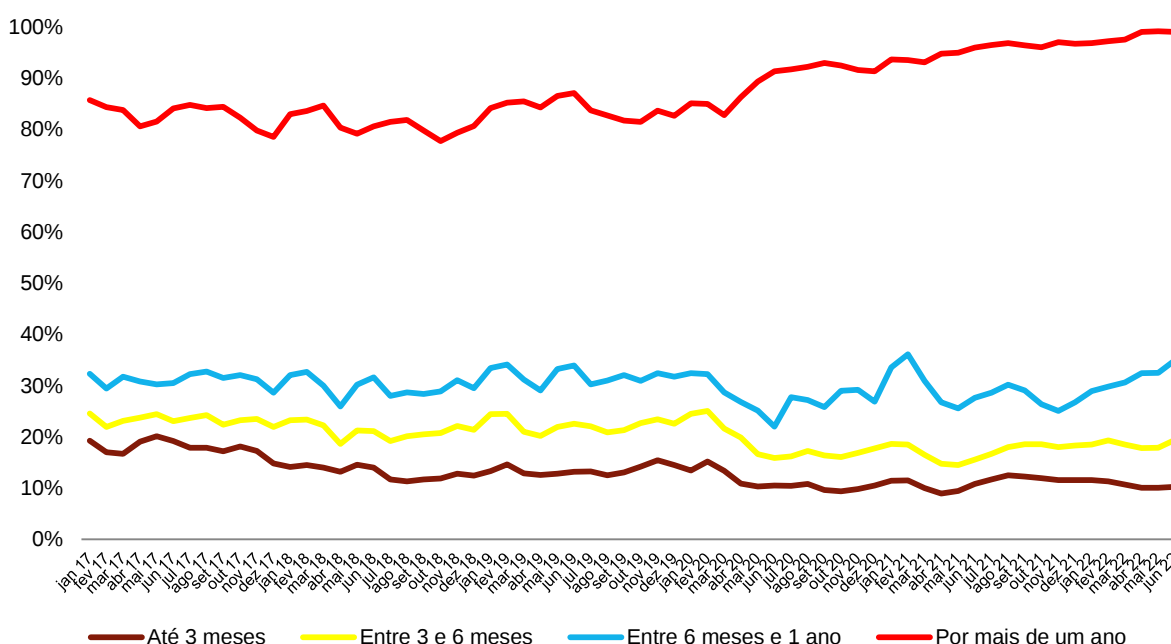
Os financiamentos de carros e de casas fecharam em queda no primeiro semestre de 2022, ao caírem 2,8 p.p. e 1,6 p.p. Os juros elevados encarecem a compra desses bens duráveis que são de alto valor, por isso, as famílias tendem a reduzir essas compras.

O tempo de comprometimento com dívida permanece acima dos patamares do pré-crise (Jan/20 foi de 9,1 e Fev./20 foi de 9,0), ao situar-se 9,7 em junho, segunda queda consecutiva. Embora ocorra redução, a crise elevou o tempo médio de comprometimento em cerca de 1 mês, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo e a ampliação do endividamento em médio e longo prazo.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	mai/22			jun/22		
	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %
até 3 meses	10,2%	9,1%	17,9%	10,3%	9,3%	17,5%
entre 3 e 6 meses	9,3%	8,4%	11,7%	9,2%	8,2%	11,7%
entre 6 meses e 1 ano	15,3%	15,4%	13,9%	15,6%	16,2%	12,7%
por mais de um ano	64,4%	66,6%	55,2%	64,0%	65,5%	56,9%
Não sabe / Não respondeu	0,7%	0,5%	1,3%	1,0%	0,8%	1,3%
Tempo médio em meses	9,8	9,9	8,8	9,7	9,9	8,9

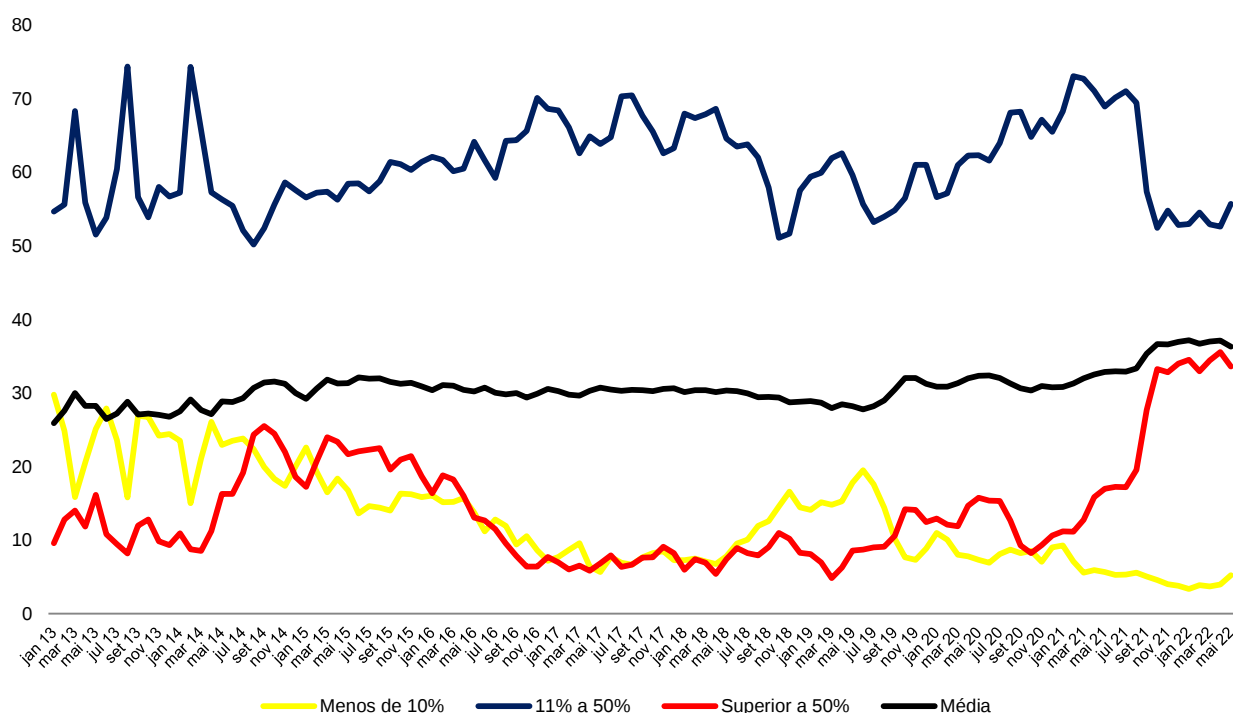
O comprometimento acima de 1 ano segue em movimento de queda pelo oitavo mês seguido, ao reduzir 0,5 p.p. diante do mês anterior. Essa trajetória ocorre desde novembro de 2021, quando o índice representou 71,9% dos entrevistados, maior nível da série histórica. Em junho, esse grupo atingiu 64,0% dos entrevistados e permanece superior à média dos anos anteriores (2018 – 51,23%; 2019 – 52,06%; 2020 – 61,53%; 2021- 66,52%).

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)



O comprometimento da renda com dívida reduziu na passagem do mês de 0,4 p.p., passando de 36,3% para 35,5%. Embora o desempenho seja de queda, o índice segue em patamar elevado ao alcançar o maior resultado do mês na comparação com os anos anteriores. Reforça a preocupação, a comparação com igual período do ano anterior, onde houve alta de 2,5 p.p. naquele momento o índice era de 33,0%.

Parcela de Renda comprometida com dívida (%)



Além disso, o comprometimento de renda acima de 50% segue em níveis elevados, embora tenha reduzido 1,8 p.p. na passagem do mês, alcançando 31,8% dos entrevistados. Esse é o maior resultado na comparação com igual período dos anos anteriores e supera de maneira muito intensa as médias dos anos anteriores (2021 foi de 20,80%; 2020 foi de 12,3%; 2019 foram de 9,41%; 2018 foram de 8,06%), portanto é um sinal de alerta que pode resultar em ampliação da inadimplência. Por fim, 59,4% dos entrevistados indicaram que o comprometimento da renda está na faixa de 11% até 50% da renda, alta de 3,7 p.p. na diante de maio.

ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso, encerrou o primeiro semestre de 2022 apresentando leve alta de 0,1 p.p. diante do mês anterior. Assim, 9,9% das famílias endividadas encontram-se inadimplentes, inclusive, o resultado é idêntico na comparação

com igual período do ano anterior, mostrando estabilidade. Já com relação a 2020, a redução é muito mais consistente diferença de 2,0 p.p., naquele momento, a taxa era de 11,8%.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	mai/22			jun/22		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
sim, totalmente	46,4%	38,0%	73,4%	53,8%	45,9%	78,9%
sim, em parte	33,3%	36,5%	23,0%	28,3%	31,7%	17,8%
não terá condições de pagar	20,3%	25,4%	3,6%	18,0%	22,4%	3,3%
não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	2,0%	2,6%	0,2%	1,8%	2,3%	0,2%

As famílias com renda de até 10 salários mínimos sofrem impacto maior quanto à inadimplência, chegando ao total de 10,4% dos entrevistados. Por outro lado, a taxa de inadimplência das famílias com renda acima de 10 salários mínimos é de 7,1%. Em oposto à inadimplência, a quantidade de famílias que informaram não ter condições de pagar suas dívidas caíram diante de maio de 2022 em 0,2 p.p. passando de 2,0% para 1,8%, quinta queda consecutiva, renovando o menor resultado da série histórica.

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	mai/22			jun/22		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
até 30 dias	46,6%	38,8%	69,9%	52,6%	46,3%	70,7%
de 30 a 90 dias	36,7%	42,3%	19,5%	31,0%	34,4%	22,7%
acima de 90 dias	16,7%	18,9%	10,7%	16,3%	19,1%	6,6%
Não sabe / Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%	0,0%
Tempo médio em dias	44,1	48,2	31,8	41,2	44,9	30,2

Quanto ao tempo de pagamento em atraso, a média em junho foi de 41,2 dias, queda de 2,9 dias frente ao mês anterior, assim, o índice renovou o menor resultado da série histórica. Ainda, o valor é inferior à média dos anos anteriores (2021 – 54,9; 2020 62,96; 2019 - 66,20; 2018 - 67,30; 2017 - 66,85; 2016 - 66,59). Além disso, existe uma diferença na dinâmica entre as faixas de renda, de maneira que tempo médio de atraso ocorreu de forma menos intensa nas faixas acima de 10 SM (30,2 dias), enquanto, para as faixas de até 10 SM o tempo médio situa-se em 44,9 dias. No mês, manteve o movimento de redução do grupo de inadimplentes acima de 90 dias, mas em ritmo menor, ao reduzir 0,5 p.p., passando de 16,7% para 16,3%. Já, ganha força a quantidade de

inadimplentes com dívida em até 30 dias, acréscimo de 6,1 p.p., saindo de 46,6% para 52,6%.

ANÁLISE NAS CIDADES

Ao analisar as cidades pesquisadas, nota-se divergência na trajetória de variação e na quantidade de famílias endividadas e inadimplentes. Na mesma linha do cenário estadual, houve elevação na taxa de endividamento diante do mês anterior em três cidades pesquisadas, com destaque para as altas em Chapecó (+3,8 p.p.) e Joinville (+3,6 p.p.). Por outro lado, a cidade de Florianópolis reduziu o endividamento das famílias em 0,6 p.p., saindo de 70,0% para 69,4%.

Situação das Famílias	jun/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Total de endividadas	35,4%	44,7%	39,0%	69,4%
Dívidas ou contas em atraso	4,8%	13,0%	7,6%	17,1%
Não terão condições de pagar	0,0%	3,4%	1,8%	3,8%

No âmbito das famílias inadimplentes a trajetória é distinta entre as cidades pesquisadas, com alta em Blumenau (+0,9 p.p.) e em Florianópolis (+0,3 p.p.). Entretanto, houve queda na taxa de inadimplência em Chapecó de 0,7 p.p., enquanto Joinville apresentou estabilidade.

Em relação à percepção de endividamento, o grupo de famílias muito endividadas, situação que representa um risco para a elevação da inadimplência, segue o mesmo cenário do nível estadual, com baixo percentual de famílias apontando essa situação. Na passagem do mês, houve redução na maioria das cidades, sendo que Chapecó obteve a maior queda (-1,7 p.p.), durante o tempo que Joinville e Blumenau apresentaram estabilidade.

Ainda, a cidade de Florianópolis destoa das demais, ao concentrar 42,6% dos entrevistados no grupo de “pouco endividados”, assim, muito embora o nível de endividamento seja elevado no município na comparação com as demais cidades pesquisadas, a dívida dessas famílias demonstra estar sob controle e equilíbrio.

Nível de endividamento	jun/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Muito endividadas	1,3%	1,2%	2,2%	8,6%
Mais ou menos endividado	24,3%	32,1%	30,1%	18,1%
Pouco endividado	9,8%	11,4%	6,7%	42,6%
Não tem dívidas desse tipo	64,6%	55,3%	61,0%	30,6%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Em relação à alteração dos tipos de dívida, as cidades analisadas também apresentaram significativas diferenças em suas dinâmicas de endividamento. Mas, em nível geral, o cartão de crédito permanece sendo o tipo de dívida mais citado pelos entrevistados em todas as cidades, resultado equivalente ao nível Estadual. No mês, a modalidade caiu em todas as cidades pesquisadas, salvo Joinville que ampliou 0,8 p.p.

Já as dívidas com crédito consignado cresceram em três cidades, com destaque para as altas em Joinville (+3,6p.p.) e Chapecó (+3,2p.p.). O crédito pessoal, outra modalidade usada para recomposição de renda em períodos emergenciais, segue a mesma linha do crédito consignado, com elevação na maioria das cidades.

Tipo de dívida	jun/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Cartão de crédito	91,89%	90,46%	89,33%	85,23%
Cheque especial	0,00%	0,00%	0,46%	5,27%
Cheque pré-datado	0,00%	0,00%	0,00%	0,13%
Crédito consignado	22,47%	16,69%	22,42%	5,39%
Crédito pessoal	10,28%	8,21%	16,96%	10,53%
Carnês	27,29%	31,00%	31,70%	46,07%
Financiamento de carro	48,86%	50,86%	48,53%	10,08%
Financiamento de casa	15,74%	23,44%	19,74%	9,28%
Outras dívidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não sabe	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	0,13%

Obs.: Respostas múltiplas – soma podem ser maior que 100%

Quanto ao financiamento de carro e de casa, muito embora permaneça sendo uma das principais dívidas citadas pelos consumidores nas cidades, houve cenários distintos nos municípios. O financiamento de carro reduziu de em Blumenau (-12,3 p.p.) e em Joinville (-2,2 p.p), enquanto houve elevação em Chapecó (+5,3 p.p.) e em Florianópolis (+0,9 p.p.).

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas, o resultado de junho de 2022 é similar para os municípios pesquisados, exceto para Florianópolis. As respostas preponderantes dos entrevistados são “dívidas por mais de um ano”, concentrando entre 72% e 83% dos entrevistados para as cidades de Blumenau, Chapecó e Joinville. Vale destacar que Florianópolis diverge das demais cidades ao apresentar certa distribuição das dívidas na escala do período da pesquisa, sendo que a maior parte das famílias (34,14%) está concentrada no grupo de até 3 meses. O tempo médio de comprometimento permaneceu estável nos últimos meses, ao situar-se em média de 11 meses para as cidades pesquisadas, salvo Florianópolis, onde o

tempo médio de comprometimento é de 6,3 meses e em Chapecó que é de 10,6 meses.

jun/22				
Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 3 meses	0,90%	0,00%	0,46%	34,14%
Entre 3 e 6 meses	2,70%	12,45%	2,32%	21,39%
Entre 6 meses e 1 ano	21,52%	14,04%	12,21%	15,05%
Por mais de um ano	73,98%	72,32%	83,47%	29,04%
Não sabe / Não respondeu	0,90%	1,19%	1,54%	0,38%
Tempo médio em meses	11,0	10,6	11,4	6,3

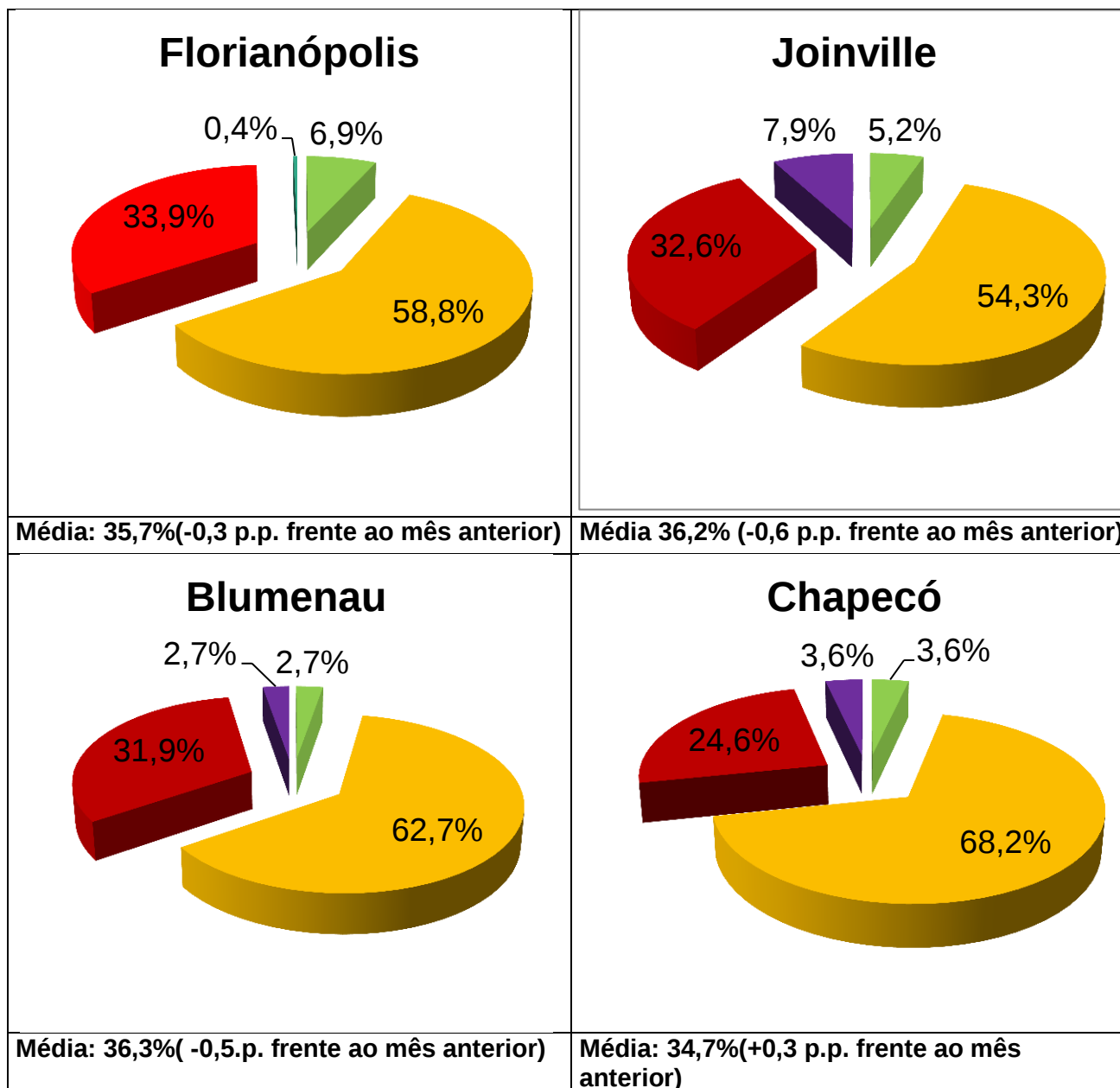
A desagregação dos dados relacionados à inadimplência, sobretudo, quanto à média de dias de atraso no pagamento das contas, demonstra movimentos semelhantes por cidade e em sintonia com o resultado Estadual. Em junho, todas as cidades pesquisadas apresentaram redução no tempo médio em dias de atraso, sendo que Blumenau reduziu 5,2 dias, atingindo 33,0 dias em atraso, o menor resultado das cidades da pesquisa. A cidade de Florianópolis, apesar da redução em 0,7 dias, segue sendo a cidade com maior tempo médio, ao situar-se em 57,2 dias em atraso.

jun/22				
Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 30 dias	59,93%	54,17%	66,79%	29,24%
De 30 a 90 dias	40,07%	20,00%	24,36%	35,71%
Acima de 90 dias	0,00%	25,83%	8,86%	34,58%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	0,46%
Tempo médio em dias	33,0	43,4	32,6	57,2

O comprometimento da parcela de renda variou negativamente em três cidades pesquisadas, com destaque de maior intensidade de queda em Joinville (-0,6 p.p.). Por fim, é importante notar que em todas as cidades analisadas o comprometimento médio da renda se encontra acima dos 35%, exceto Chapecó (34,7%). Além disso, se observa, ainda, o predomínio do comprometimento na faixa de 11% a 50% da renda nas quatro cidades, sendo que o comprometimento superior a 50% é maior em Florianópolis (33,9%).

Parcela da renda comprometida com dívidas

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu



METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados

obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.